

Não tem comparação

Acacio Pinheiro 19/08/94

A exploração política dos resultados do provão do PAS, pelo secretário Antonio Ibañez, foi um golpe duro em toda a sociedade brasiliense. O fato de suas primeiras vítimas serem adolescentes - em tese indefesas e fáceis de contemporizar - é um agravante sério. Isso obriga o secretário de Educação a fazer um exame de consciência e avaliar em que medida o episódio lastimável comprometeu sua credibilidade dentro e fora do governo.

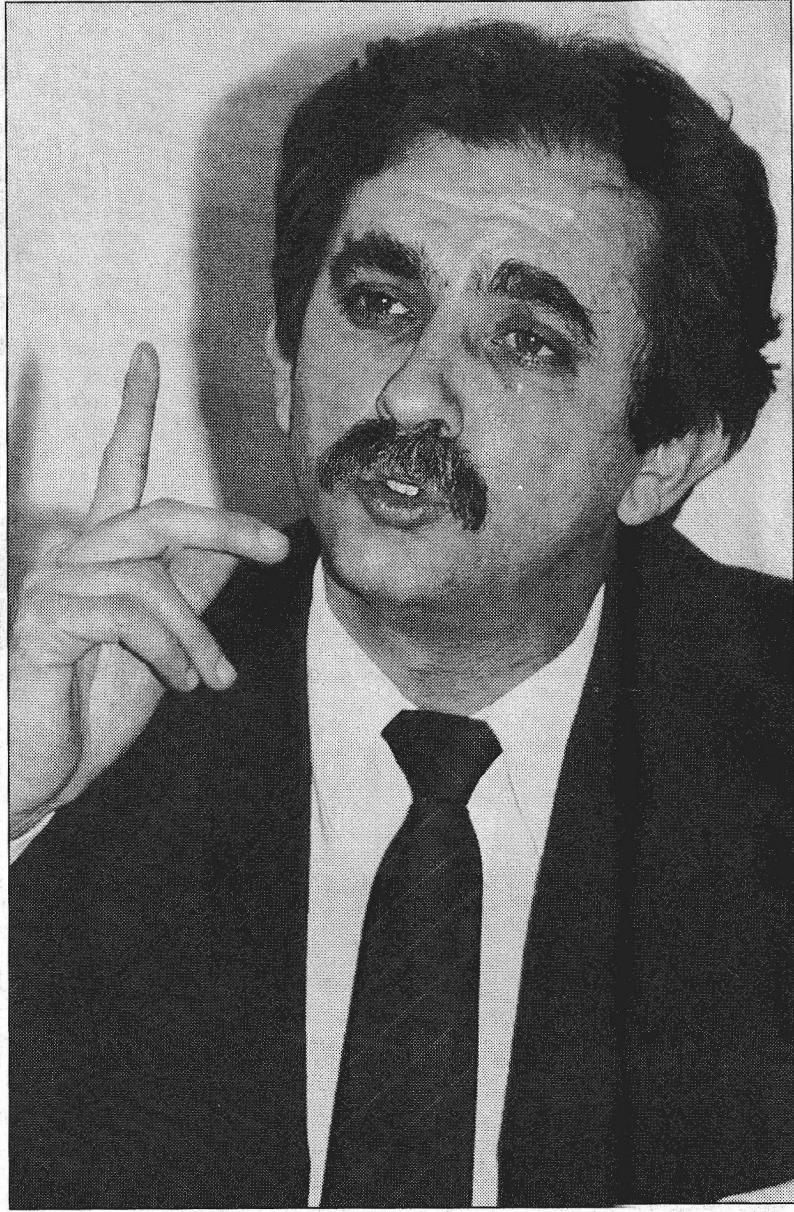
Quando a mosca azul da ambição pousa no homem público, ele passa a subordinar a realidade ao faz de conta. Enfeitiçado pelos efeitos ilusionistas do marketing político, acaba contaminando o conjunto de suas realizações quando se torna impossível distinguir o verdadeiro do falso. Como diz a sabedoria popular, "cesteiro que faz um cesto faz um cento". É inadmissível que o secretário troque a parcimônia do educador pelo açodamento dos arrivistas, ao manipular e falsear resultados do PAS.

Comutativamente secretário e presidente da Fundação Educacional, . Isso o levou a expor seus próprios alunos ao ridículo da comparação com a escola particular, que corre a muitos corpos de vantagem, o que é público e notório. Pesquisa da Fundação Getúlio Vargas divulgada na semana passada comprava que 90% dos estudantes das melhores universidades vieram de instituições privadas.

O expediente utilizado foi elaborar uma lista dos 100 primeiros colocados dos colégios particulares e outra com os 100 primeiros do que ele e sua equipe classificaram como "escola pública", enxertados, na última, os candidatos do Colégio Militar. Essa modelagem estatística maquiaria os resultados, exatamente como convinha. Os nada menos de 53 alunos do Colégio Militar elevaram a média da "escola pública" para 8,11, além de conquistar dois dos cinco primeiros lugares. Facílimo.

Ocorre que o Colégio Militar não se encaixa no conceito de "escola pública" implícito no raciocínio dos marketeiro a serviço do secretário de Educação, porque é uma instituição federal que só matricula por concurso público e cobra mensalidades. Nada a ver com a rede oficial, que tem obrigado constitucional de matricular qualquer criança, teoricamente de graça mas a um custo exorbitante, e lhe dar ensino de qualidade. Se o gesto fosse sincero, que saíssem, então, três listas.

A bem da sensatez, ninguém devia ter se metido a divulgar lista nenhuma. Esse era o compromisso do comitê do PAS. Evitaria comparações vexatórias às crianças, o que supunha-se perfeitamente compreen-



sível para quem é secretário de Educação de todos - e não exclusivamente dos matriculados na escola do estado. Só falta, agora que o tiro saiu pela culatra, jogar a culpa na imprensa.

A escola particular repele a manipulação e não cede à tentação de tripudiar sobre o episódio, porque é livre de motivações políticas. Cabe-lhe, porém, restabelecer a verdade em nome da sua clientela de pais e alunos e de toda a comunidade. E esperar que dela se tire o máximo de lições de moral, ética e espírito público.

Representando somente

30,4% dos candidatos, os alunos da rede particular obtiveram 13,35 de média - acima da "escola pública" e superior à alcançada pelos colégios privados de outros estados, que vieram se avaliar na UnB. Isso apenas confirma a pesquisa feita pelo MEC, ano passado, que evidenciou a superioridade do ensino de Brasília em relação ao resto do País. Computados alunos de instituições

públicas e privadas - e talvez do Colégio Militar - o governo correu para capitalizar um resultado que, como se evidencia outra vez, era da escola privada.

As manobras, contudo, não se limitam ao resultado do provão. Antes, houve a tentativa escandalosa de reservar todas as vagas do

PAS - metade da oferta da UnB - aos alunos da rede estatal, que se tornariam, assim, universitários privilegiados, biônicos, ao arrepio da Constituição.

Ainda hoje, no momento da regulamentação da Lei de Diretrizes e Bases, a rede privada luta para

Ibañez deve achar
que seu toque de
mídia fez o milagre
de transformar,
da noite para o dia,
o ensino deficiente
da rede estatal em
serviço de excelência

indicar seus representantes ao Conselho de Educação, como prevê a Lei Orgânica, mas o Estado procrasta. Justamente quando o governador reconhece que o empresário, mais que os estatistas de carteirinha, é que melhor se afina com sua idéia de "reinaugurar Brasília".

■ Izalci Lucas Ferreira é presidente do Sindicato das Escolas Particulares - Sinepe/DF